

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

99145-7/2007-DR/SC
ALESC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Legislativo cumpre missão no Orçamento Regionalizado

Deputados fortalecem papel constitucional ouvindo população dos quatro cantos do território catarinense



Solon Soares

O Parlamento catarinense concluiu, em São José, na Grande Florianópolis, dia 14, o ciclo de audiências públicas para elencar as prioridades para o Orçamento do Estado de 2011. As reuniões foram realizadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, que, assim, cumpriu seu papel constitucional de ouvir as reivindicações da sociedade civil.

Os deputados realizaram o trabalho em duas etapas: a primeira começou no dia 17 de maio, em São Miguel do Oeste, seguindo para Maravilha, Chapecô, Joaçaba, Caçador, Canoinhas e Lages. A segunda etapa, aberta dia 7 de junho em Criciúma, incluiu Araranguá, Tubarão, Rio do Sul, Blumenau, Joinville e ainda a Grande Florianópolis.

Deputado Marcos Vieira, ao lado de Lício Mauro da Silveira, comanda trabalhos, em São José, Grande Florianópolis

Páginas 4 e 5

Deputados prestam homenagem a Tijucas e Willy Zumblick

Jonas Lemos Campos



No anfiteatro em Tijucas, sessão destaca 150 anos do município

Páginas 3 e 4

Rejeitado veto a projeto que cria Política de Serviços Ambientais

Página 7

Vidal Ramos ganha título de Capital Catarinense do Cimento

Página 7

Jaraguá do Sul mobilizada contra avanço do crack

Alberto Neves



Comissão de Direitos e Garantias leva debate ao Norte catarinense

Página 6

Professores de Campos Novos mobilizados contra a desmotivação

Página 6

Código Ambiental completa um ano

A lei que criou o Código Ambiental completou um ano, mas continua sendo motivo de debate. No âmbito federal serve como referência para as alterações da legislação ambiental, enquanto no Estado a população reclama da não aplicação da Lei na sua integralidade.

Muitas questões abordadas no texto carecem de regulamentação e outras simplesmente não estão sendo seguidas, como é o caso da averbação gratuita da reserva legal. O Código garantiu a isenção da cobrança da taxa para a averbação da reserva legal da pequena propriedade rural, devendo o poder público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário. Apesar de ter sido considerada um avanço da lei ambiental, para o proprietário rural a isenção ainda não está valendo. Mas é difícil entender o que ainda precisa ser feito, se a lei está em vigor.

Outro avanço na lei ambiental que ainda não foi colocado em prática é o pagamento por serviços ambientais, uma esperança para os agricultores que preservam áreas em suas propriedades.

Até outubro de 2009, como previa o Código Ambiental, o governo do Estado deveria enviar Assembleia um projeto de lei para regulamentar o pagamento dos serviços ambientais. O governo cumpriu o prazo e em 14 de outubro a Assembleia recebeu o projeto de lei nº 423/09. Na Comissão de Constituição e Justiça, aperfeiçoamos o projeto estabelecendo os percentuais das fontes de recursos que comporiam o Fundo de Pagamento por Serviços Ambientais (FEPSA) e fixando em 30 sacas de milho o valor da unidade de referência para a compensação financeira ao proprietário rural.

A partir dessas modificações,

a Assembleia Legislativa cumpriu seu papel e aprovou o pagamento por serviços ambientais ainda em 2009.

Em 19 de janeiro de 2010, o Executivo sancionou a lei 15.133 vetando, porém, dois incisos do artigo 14, cortando duas das oito fontes de recursos descritas no projeto, uma delas imprescindível para a sobrevivência da lei.

Sem estes recursos, o pagamento por serviços ambientais se tornaria inviável e todo o trabalho realizado pelo Parlamento catarinense teria sido em vão. Graças a um consenso entre os deputados, na sessão plenária do dia 16 de junho, rejeitamos o veto governamental e agora os agricultores que aguardam esperançosos pela aplicação da proposta podem comemorar novamente.

Deputado Romildo Titon (PMDB)

Os desafios da Internet em Schroeder

Todos nós sabemos que a Internet é um meio de comunicação do presente e do futuro. Seu uso é crescente e fundamental para o desenvolvimento econômico e educacional. Há uma expansão grande em nosso estado, nos parques fabris e o número de residências cresce a cada dia. A rede banda larga, no entanto, enfrenta ainda obstáculos de operacionalização, principalmente nas cidades menores, como é o caso de Schroeder.

Um levantamento feito no município registra que a cidade possui 4 mil moradias, 71 indústrias, 304 comércios e 391 prestadoras de serviços. Há um quadro de crescimento residencial e estamos chegando a quase a 5 mil residências. Em 2002, tínhamos praticamente 2 mil residências, número que cresceu para 3 mil em 2005. Já em 2010 há praticamente 5 mil residências.

Em ofício encaminhado, a Associação Comercial e Industrial de Schroeder (ACIAS) revela o pedido feito à empresa OI para a ampliação, adequação e melhoramentos da rede de Internet banda larga no município. De acordo com o documento, muitas empresas associadas à ACIAS, instaladas em Schroeder, e que necessitam da Internet para se manterem atualizadas e fazer frente ao mercado competitivo, estão sem o serviço ou com dificuldades. Muitos consumidores também se encontram com limitações desse meio de comunicação no município.

Por fim, queremos alertar para o fato de que, com a construção do anel viário de Jaraguá do Sul e a duplicação da BR-280, cujo início das obras já está em fase final de definição, a sensível melhoria do acesso rodoviário ao município de Schroeder irá certamente gerar um crescimento na demanda

de clientes ainda maior do que já vem ocorrendo. Dessa forma, necessário se faz a pronta ampliação para atendimento das empresas já instaladas e estudos para atender às futuras demandas para o município de Schroeder.

Trata-se de uma cidade pequena, mas que articula solução para um dos grandes entraves ao seu desenvolvimento e cujo prefeito, Felipe Voigt, encaminhou ofício a este deputado, a esta Casa Legislativa, solicitando apoio para que trabalhe na ampliação da banda larga de Schroeder, pois o município vem recebendo muito capital e essa medida propicia a instalação de novos parques fabris. A Internet banda larga irá propiciar ao município melhores condições de desenvolvimento.

Deputado Dieter Janssen (PP)

Assembleia lança sistema de acompanhamento de proposições

O Legislativo lançou dia 9, o sistema PUSH Alesc de acompanhamento de projetos em tramitação. O objetivo é atender a pessoas físicas e jurídicas enviando mensagem em tempo real sobre as movimentações ocorridas com qualquer proposição. Basta se cadastrar no Portal Alesc e escolher quais as matérias de interesse. Em seguida, o usuário passa a receber informações por Internet durante todo o processo legislativo até seu

resultado final. O PUSH Alesc está vinculado ao banco de dados do sistema PROCLEGIS, que oferece informações apenas quando o interessado acessa seu sistema de busca.

Para se cadastrar basta preencher o formulário de cadastro disponível no Portal Alesc com nome e e-mail e criar uma senha. As mensagens serão enviadas unicamente com o endereço push@alesc.sc.gov.br.

Telefonia pela Internet

Nesta semana, entrou em funcionamento a nova central telefônica da Assembleia Legislativa, que tem sistema de transmissão através da Internet e irá garantir redução de gastos com telefonia fixa e móvel que pode alcançar 60%.

A central possui tecnologia VOIP, utilizada para transmitir voz através de uma rede de computadores ou via Internet, e abrange

todas as formas de comunicação da Casa incluindo mensagens (SMS), correio de voz, telefonia móvel e telefonia fixa.

A nova tecnologia conta com conversores, que serão instalados nos telefones convencionais já existentes nos escritórios regionais dos deputados. Assim, a comunicação será mais ágil e gratuita, já que será feita através de ramal direto.

[AGENDA]

- **Dia 21, 19h** - Sessão especial em homenagem ao Movimento de Irmãos da Igreja Católica pelos 40 anos de fundação
Local: Plenário
- **Dia 22, 19h30min** - Sessão especial em homenagem ao Hospital Santo Antônio, de Blumenau, pela passagem dos 150 anos
Local: Plenário
- **Dia 23, 9h** - Comissão de Saúde - Audiência pública das APAEs
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 23, 14h** - Escola do Legislativo - Programa Parlamento Jovem
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 24, 14h** - Escola do Legislativo - Sessão especial em homenagem à 10ª edição do Parlamento Jovem
Local: Plenário
- **Dia 25, 19h** - Sessão solene em homenagem aos 70 anos da Associação Comercial e Industrial de Lages
Local: Teatro da ACIL - Lages

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)
1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso.

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

Parlamento homenageia Willy Zumblick

Solenidade resgata trajetória de artista plástico de Tubarão, autor da Bandeira do Divino

Tatiani Magalhães

Para homenagear o inesquecível pintor da Bandeira do Divino, como era conhecido o artista plástico Willy Alfredo Zumblick, a Assembleia Legislativa, atendendo requerimento dos deputados Genésio Goulart (PMDB) e Joares Ponticelli (PP), realizou dia 14, no Plenário Osni Régis, uma sessão especial. Com a presença de autoridades, amigos e familiares, a solenidade resgatou a trajetória do artista nascido e criado em Tubarão, no Sul do estado, além de resgatar sua história firmada com uma produção de mais de 5 mil obras espalhadas pelo mundo.

Na condição de representante da cidade no Parlamento catarinense, Ponticelli falou sobre a importante contribuição do pintor para o estado, ressaltando suas habilidades que se estendem desde pintor, escultor e escritor. De acordo com o parlamentar, com sua imensa habilidade, Zumblick expôs em suas obras o folclore de Santa Catarina, como o Contestado, a epopeia de Giuseppe e Anita Garibaldi, Boi-de-Mamão, Dança do Pau-de-Fita, as rendeiras, entre outros. "Ricas em detalhes, suas telas foram expostas em quase todas as capitais brasileiras, atribuindo ao seu trabalho minucioso o merecido valor. Sua capacidade de estudar e elaborar obras com grande riqueza de detalhes orgulha os catarinenses", frisou.

Presente na homenagem pós-tumba, o ex-governador do estado Paulo Afonso Viera fez um breve



Requerida pelos deputados Joares Ponticelli e Genésio Goulart, solenidade destaca talento de catarinense, que também era escritor

resgate sobre o ilustre catarinense que conquistou milhares de brasileiros com suas telas. "Em quase um século de existência, ele transpassou a partir da pintura grandes acontecimentos, primeiro de Tubarão para o estado, e de Santa Catarina para o mundo. Dono de uma sensibilidade para arte, Zumblick expressou através da pintura períodos importantes na vida dos brasileiros, em especial dos catarinenses", mencionou.

Em nome dos familiares do homenageado, seu filho Raimundo Zumblick falou sobre a paixão do pintor pelo trabalho. Segundo ele, o primeiro contato do pai com a

pintura ocorreu na adolescência ao conquistar sua primeira atividade artística sistemática, como desenhista de cartazes de filmes de cinema. "A atividade rendeu tanto sucesso na época, que alguns desses cartazes passaram a sumir dos locais onde estavam expostos, tornando-se quadros em algumas residências. Ele foi um dos 100 rotarianos mais famosos do mundo, nos meios cultural, intelectual, comercial, profissional e em setores governamentais de liderança", salientou. Após a solenidade, os participantes foram convidados a apreciar a exposição do artista na Galeria de Arte Meyer Filho.



Ponticelli entrega placa a familiares do artista



Zumblick tem quadros em exposição na Galeria de Arte Meyer Filho

Saiba mais

Willy Alfredo Zumblick nasceu em 26 de setembro de 1913. Recebeu primorosa formação educacional, ministrada pelo Colégio São José, de Tubarão, onde se destacou como melhor aluno em desenho e em pintura. Autodidata, sem mestres ou qualquer instrutor deixou fluir seu impulso criador e talento natural, registrando em telas particularidades da natureza, tipos característicos, paisagens, cenas do cotidiano e tudo em que pousava sua fértil imaginação.

Em 1937, Willy casou-se com Célia Sá, de tradicional família da cidade, de quem sempre recebeu importante incentivo para que se dedicasse à pintura.

O casal teve cinco filhos: Carlos, Roberto, Túlio, Maria Elisa, Raimundo e Marcus Geraldo. Sua primeira exposição individual foi em 1939, em Tubarão. O êxito alcançado impôs a Willy um voo mais alto dando oportunidade para expor em diversas cidades catarinenses.

Em 1944, expôs em Porto Alegre e com o sucesso foi impulsionado a expor no Rio de Janeiro em 1946, onde com sessenta telas realizou sua mais importante exposição, consagrando definitivamente seu nome no rol dos mais festejados artistas plásticos do país. Nunca parou de pintar, com temática abrangente, retratou com maestria e sensibilidade os mais

variados aspectos das tradições, da cultura, da história e dos tipos populares catarinenses.

O cinquentenário de sua vida artística foi comemorado em 1979. Não bastasse tão invejável currículo, ainda temperou sua obra com notáveis esculturas, com majestosos painéis e muros, além de expressivas carrancas. Em setembro de 2000, antes de completar 87 anos, o talentoso artista plástico catarinense do século realizou o sonho de inaugurar o Museu Willy Zumblick, instalado no Centro Municipal de Cultura, em Tubarão. O museu possui 72 telas, oito esculturas e 115 homenagens recebidas. (Texto cedido pela família).

GERAL

Legislativo presta homenagem aos 150 anos de emancipação de Tijucas

Fotos Jonas Lemos Campos



Proposta pelo deputado Andrino, solenidade resgate história do município

O sesquicentenário da emancipação político-administrativa de Tijucas foi comemorado na noite do dia 10 com uma sessão especial da Assembleia Legislativa no município. A solenidade, proposta pelo deputado Edison Andrino (PMDB), foi realizada no Anfiteatro Leda Regina de Souza. O aniversário do município é oficialmente comemorado no dia 13 de junho.

Em seu pronunciamento, Andrino falou um pouco sobre a história de Tijucas, considerado um dos municípios mais antigos do Brasil. Lembrou que foi o navegador italiano Sebastião Caboto o primeiro descobridor a aportar no rio que seria chamado de Tijucas, em 1530, e que na época a localidade ganhou o nome de São Sebastião.

"O rio deu origem ao nome atual da cidade. Tijucas, em guarani, remete ao barro existente na foz do rio", explicou o parlamentar, que enfatizou o desenvolvimento econômico e social do município, atualmente sede de grandes indústrias. O deputado parabenizou os moradores pelo aniversário de 150 anos de emancipação e disse que, com a homenagem, buscou fazer justiça aos tijuquenses, os quais "demonstraram, em toda a sua história, possuir um espírito lutador e conquistador, característico dos catarinenses".

O deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB) participou da solenidade e parabenizou o colega Andrino pela iniciativa. "A homenagem é justa e muito merecida, pela história e pelo que Tijucas representa para a economia catarinense." Da mesma forma, o deputado federal Paulo Bornhausen (DEM) reiterou o mérito da homenagem prestada pela Assembleia Legislativa ao município e a toda a sua gente. Ele falou sobre o "espírito tijuquense", o modo de ser do cidadão do município: "alegre, de bem com a vida, bem informado, vinculado à família, atuante na sociedade". Conforme o parlamentar, os municípios preservam uma característica que é a

"amizade de longo tempo".

Durante a solenidade, a Assembleia Legislativa homenageou o Poder Executivo Municipal, a Câmara de Vereadores, o Poder Judiciário, o Ministério Público, empresas, entidades e personalidades que se destacaram na história do município, dentre as quais ex-prefeitos e vereadores. Em nome dos homenageados, Elineide Licia Martins, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Vale do Rio Tijucas, agradeceu a honraria e parabenizou a todos que acreditam "nessa terra de boas energias, que não para de crescer".

O prefeito Elmis Mannrich, por sua vez, agradeceu a homenagem do Poder Legislativo ao povo de Tijucas. Citando as riquezas de seu município, falou sobre a identidade do povo tijuquense, que "sempre defende sua terra, gosta de fazer amizades, trabalhar e contar histórias de seu município". Segundo ele, os festejos do sesquicentenário de Tijucas ocorrerão durante todo o ano de 2010, com eventos mensais.

A sessão contou com a participação especial da Sociedade Banda Musical União Tijuquense, que executou o hino nacional, sob a regência do maestro Nélio Cícero Muniz. A estudante Letícia Serpa, da 4ª série da Escola de Ensino Fundamental Santa Terezinha, declamou poema de Manoel dos Anjos, escritor e poeta local.



Andrino com presidente da Câmara

Grande Florianópolis encerra audiências do Orçamento

Melhorias no ensino médio e fundamental, construção de Instituto de Cardiologia e rodovia são destacados

Alexandre José Back

Representantes dos 13 municípios da Grande Florianópolis se reuniram, dia 14, no auditório do Centro Comercial Terra Firme, em São José, para definir as ações prioritárias para o Orçamento Estadual de 2011. Entre as demandas elencadas, melhorias nos ensinos médio e fundamental, construção do Instituto de Cardiologia e terraplanagem e pavimentação da SC-108, no trecho entre Rio Fortuna-Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

O evento foi promovido pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Comissão de Finanças e Tributação, coordenada e presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), e Coordenadoria do Orçamento Estadual.

Destacando a importância do Orçamento Regionalizado, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) afirmou que, às vezes, se faz necessário que os municípios abram mão de seus interesses próprios em benefício da região.

"Temos que saber discutir, não tentar impor as coisas, como querem os que defendem o orçamento opositivo. Aquilo que projetamos, às vezes não conseguimos fazer. As ações são importantes, mas como metas a serem perseguidas". Lício mencionou também projeto de emenda na Lei 14.610, que rege os repasses a municípios com baixo IDH, visando aumentar o número de beneficiados. O parlamentar lembrou ainda que atualmente os municípios, ao receberem verbas estaduais, são obrigados a dar uma contrapartida de 25%

do valor recebido. Uma diminuição do percentual também está em estudo.

Saulo Weiss, prefeito de Anitápolis, destacou que seu município, com um dos IDH mais baixos da região, vem tendo seu desenvolvimento comprometido em função dos baixos repasses do governo estadual.

"Somos um dos poucos municípios que não possui ainda acesso pavimentado. Seremos atendidos em um pleito de R\$ 1 milhão é difícil. Quando conseguimos R\$ 100 mil, já ficamos satisfeitos."

Adeliana Dal Pont, secretária de Desenvolvimento de Florianópolis, destacou que, mesmo a Capital, cidade considerada de alto IDH, necessita



Presidente da Comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira comanda última reunião, com participação de Lício Mauro da Silveira

de muitos investimentos. "Com a realização das audiências públicas, abre-se uma porta para que a sociedade se manifeste, através da qual ele escolhe o que lhe é mais importante", observou.

Para o deputado Marcos Vieira, que esteve à frente da maioria das audiências públicas realizadas pela Comissão de Finanças, o balanço final é positivo, apesar da baixa procura e presença das partes interessadas durante os encontros no debate e escolha das ações prioritárias. "É realmente necessária a modificação da Lei Complementar N° 157, de 09 de setembro de 1997, que trata da metodologia e do funcionamento das audiências do Orçamento Regionalizado e isto já consta em projeto de lei em tramitação", comenta Vieira. Ele lamentou que apenas 40% das prioridades definidas em cada região são acatadas e implementadas pelo governo do Estado. "É possível que seja, por esse motivo, que as audiências não lotam os locais em que ocorrem", justificou.

Deputado faz balanço positivo

logia e do funcionamento das audiências do Orçamento Regionalizado e isto já consta em projeto de lei em tramitação", comenta Vieira. Ele lamentou que apenas 40% das prioridades definidas em cada região são acatadas e implementadas pelo governo do Estado. "É possível que seja, por esse motivo, que as audiências não lotam os locais em que ocorrem", justificou.

As escolhas das regionais

Florianópolis

(Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara).

Audiência 2010

- Construção do Instituto de Cardiologia;
- SC 108 – Terraplanagem / Pavimentação / OAE / Supervisão do km 45, trecho Rio Fortuna-Santa Rosa de Lima-Anitápolis;
- Construção, ampliação e reforma do ensino médio;
- Construção, ampliação e reforma do ensino fundamental.

Audiência 2009

- Hospital Regional de Biguaçu;
- Construção, reforma e ampliação do ensino fundamental;
- Implantação do sistema de tratamento de esgoto sanitário nos municípios da Grande Florianópolis.



Público acompanha exposição de números referentes à evolução da peça orçamentária

Norte prioriza saúde e educação

Fotos Solon Soares



Em reunião comandada por Darci de Matos, com participação de Kennedy Nunes, Joinville e Jaraguá do Sul apontam reivindicações

A audiência pública em que foram elencadas as obras consideradas prioritárias pelos municípios do Norte catarinense foi realizada, dia 10, no auditório da Univille, em Joinville. Melhorias em saúde e educação estiveram entre as obras consideradas mais importantes.

Presidido pelo deputado Darci de Matos (DEM), o evento integrou ciclo de audiências, realizado pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Comissão de Finanças e Tributação.

Há três anos participando de sessões do Orçamento Regionalizado, o deputado Kennedy Nunes (PP) observou que as críticas em relação às audiências têm se tornado cada vez mais frequentes. "Alguns municípios não tiveram nenhuma obra realizada. De nada adianta elencarem-se as prioridades regionais, se as decisões sobre a sua execução estão sendo tomadas dentro dos gabinetes". O parlamentar se mostrou favorável à proposta que muda o caráter da execução das obras, de autorizativa, como é hoje, para impositiva, o que obrigaria o Executivo a realizá-las. "Temos que cuidar para não deixar o orçamento regionalizado morrer. Precisamos discutir e esse é o motivo de estarmos aqui", afirmou.

O deputado Giancarlo Tomelin (PSDB) defendeu que, além de tornar as prioridades impositivas, é necessário que se fixe um percentual no orçamento estadual destinada a investimentos para as demandas regionais. A proposta já tramita na Assembleia, através de projeto de emenda constitucional do deputado Rogério Mendonça Peninha (PMDB). "As audiências do OR são importantes e têm dado frutos em todas as regiões, mas precisam desses aprimoramentos".

Fazendo um contraponto, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) se colocou contra a obrigatoriedade na execução das prioridades. Lício lembrou que a capacidade de investimento do governo estadual é variável, pois conta com imprevistos como catástrofes ambientais. "Temos que respeitar a disponibilidade

financeira. Mas a cada ano as receitas aumentam. Esse ano a receita é de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão e para o ano que vem teremos um acréscimo de R\$ 500 milhões, fora os repasses federais". O parlamentar destacou outras medidas que podem fortalecer regiões que possuem educação e saúde de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Uma delas seria a alteração da Lei 14.610, aumentando-se a quantidade de municípios contemplados.

Em sua primeira participação no Orçamento Regionalizado, o deputado Dieter Janssen (PP) destacou o caráter democrático das audiências. "Muitas decisões tomadas nos nossos municípios são reflexo das discussões que ocorrem nessas reuniões, bem como nas secretarias e conselhos regionais".

O fato também foi lembrado pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que definiu as audiências como um espaço de "demanda, reivindicação e também de pressão social". Manoel José Mendonça, secretário de Desenvolvimento Regional de Joinville, reivindicou que cada região tenha definida sua fatia no

orçamento estadual e autonomia para investi-la diretamente.

Eduardo Dall Bosco, secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão de Joinville, comparou a realização das audiências do OR ao orçamento participativo, programa implantado em Joinville. Sensível aos problemas elencados pelos deputados, Bosco lembrou que há dificuldades para executar as obras solicitadas pela população, pois o seu custo ocasionalmente extrapola o orçamento municipal.

Também estiveram presentes, entre outras autoridades, Francisco Luiz de Souza, diretor geral da SDR de Jaraguá do Sul; José Ernesto Mariano, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araquari; Gilberto Carrazzi, representante do Deinfra de Joinville; Donato Back, presidente do Conseg, de Joinville; Maysa Fischer, representante da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ); Maria Lara Fettback, coordenadora regional do Iprev de Joinville; Nilson Bender, ex-prefeito de Joinville; José Olívio Papp, representante da prefeitura de Jaraguá do Sul; Fernando Camacho, da SDR de Joinville.

As escolhas das regionais

Jaraguá do Sul

(Corupá, Guarimirim, Massaranduba, Schroeder).

Audiência 2010

- Reforma do ensino médio;
- Humanização de rodovias;
- Equipar o Hospital Regional de Atendimento de Urgência/Emergência e outras especialidades.

Audiência 2009

- Construção, ampliação e reforma do ensino médio;
- Humanização de rodovias;
- Centro Administrativo Regional.

Joinville

(Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú).

Audiência 2010

- Apoio ao ensino fundamental;
- Reforma na saúde;
- Centro Educacional Regional;
- Reforma do ensino médio.

Audiência 2009

- Reforma da educação básica;
- Apoio à saúde;
- Centro educacional regional para adolescente em conflito.

GERAL

Campos Novos debate educação

Desmotivação de professores, baixos salários do magistério e queda na qualidade de ensino dominaram pauta

Eduardo Guedes de Oliveira

Rossana Espezin

Mais de mil professores lotaram o Centro de Eventos Galpão Crioulo, localizado na BR- 470, no município de Campos Novos, dia 11, para participar do Seminário "Os desafios da educação brasileira". Provenientes de escolas municipais da região e também da rede estadual, eles aproveitaram a chance de receber em casa palestrantes de renome nacional. O evento foi promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Pedro Uczai (PT), e realizado pela Escola do Legislativo, com apoio da prefeitura de Campos Novos e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR).

O sexto seminário foi o último deste ano e procurou respostas para os três principais problemas da educação apontados por pesquisa do instituto Ibope Inteligência: desmotivação dos professores, baixos salários do magistério e queda na qualidade do ensino.

O palestrante Gaudêncio Frigotto, doutor em Educação, História Política e Sociedade (PUC-RJ) e professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, abriu o seminário. Ele mostrou a importância da educação de base. "Base ampla, melhores resultados", definiu.

Mestre em História do Brasil e professor universitário, Uczai também foi um dos palestrantes. O parlamentar debateu a "Desmotivação dos Professores". Ele lembrou que a maioria dos presentes trabalhou para pagar a faculdade particular, além de ser o primeiro membro de suas famílias a se formar em um curso superior.

Hoje, de acordo com Uczai, já formados, todos enfrentam outro grande desafio na sua vida profissional, a carga horária. "O professor trabalha demais e não tem tempo para teorizar, para preparar suas aulas. Professor que não teoriza, não dialoga com o conhecimento", afirmou, defendendo a carga horária máxima de 40 horas/aula por



Presidente da Comissão de Educação, deputado Pedro Uczai defende carga horária de 40 horas/aula por semana

semana, metade dedicada à sala de aula e metade à pesquisa.

Além de Uczai, esteve presente no seminário o deputado Romildo Titon (PMDB), representante do Meio-Oeste. Ele parabenizou Uczai por levar o seminário à região e ressaltou que diante das novas tecnologias a grande difi-

culdade dos profissionais em sala de aula "é enfrentar os preconceitos e preservar os conceitos".

Lourival Martins, mestre em Educação e Cultura pela Udesc, Doutor pela Escola Superior de Teologia, professor da Udesc e membro do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis,

foi o responsável por continuar o debate sobre motivação, no período da tarde. "Docência não é anexo, não é apêndice, não é bico: é compromisso, opção de vida", provocou. Os professores participaram ativamente interagindo com o palestrante e ouvindo palavras de incentivo e convites à reflexão.

Audiência define ações para conter avanço do crack em Jaraguá

Alberto Neves

O avanço do uso do crack foi tema da audiência pública realizada, atendendo requerimento do deputado Dieter Janssen (PP), dia 14, na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul. A reunião foi conduzida pela deputada Ana Paula Lima (PT), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher. A comunidade lotou as galerias da Câmara.

Para combater o uso do crack, foram priorizadas a ampliação de leitos hospitalares para desintoxicação dos dependentes de drogas, o fortalecimento das entidades organizadas, o aumento nos investimentos por parte do Estado, a criação de um fórum permanente de discussão e a maior divulgação de programas preventivos já existentes, entre os quais o Programa de Educação e Repreensão às Drogas (Proerd).

Vereador mais votado na história de Jaraguá do Sul, Janssen assumiu como suplente na Assembleia Legislativa, na vaga do deputado Valmir Comin (PP), em razão do sistema de rodízio do PP. Na suplência, priorizou ações para diminuir os índices de violência e contra o uso de drogas. "O problema do crack é visível até mesmo a luz do dia. Facilmente encontram-se jovens usando a droga a qualquer hora, no centro da cidade", relatou.



Comandada pela deputada Ana Paula Lima, reunião requerida por Dieter Janssen lança desafios para conter drogas

Para a deputada Ana Paula, a realidade de Jaraguá do Sul não difere das demais cidades do país. O comportamento destrutivo dos usuários foi mostrado com a exibição de um vídeo e confirmado pelo delegado regional Uriel Ribeiro. "O indivíduo se torna um zumbi, um trapo humano, e ainda provoca a ruína de sua família. Infelizmente, o crack é uma droga de fácil manejo, que chega imediatamente ao cérebro e provoca necessidade de uso contínuo", explicou. Ribeiro defendeu a criação de uma delegacia especializada no combate ao tráfico.

A proposta do delegado foi apoiada pelo representante do Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen), Arsanjo Colaço, e também pelo policial Adilson Macário de Oliveira Júnior, coordenador regional dos Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg).

Colaço defendeu uma ação baseada nos princípios da educação, saúde e segurança. O presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Jaraguá do Sul, Raphael Rocha Lopes, ressaltou que "sem educação não há programa que persista".

Janice Breithaupt, da Casa de Apoio Padre Aluísio, reclamou do descaso do governo e lançou um questionamento: "Quem adocece primeiro, os meninos ou as famílias?" A presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, Natália Lucia Petry (PSB), classificou a luta contra o crack como um desafio para a sociedade e sugeriu a formação de uma força-tarefa para combater o consumo de drogas.

A deputada Ana Paula comemorou a adesão do estado de Santa Catarina ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que

resultará na liberação de R\$ 20 milhões de recursos para a segurança pública atuar não apenas na repressão, mas na prevenção do uso de drogas.

Números

A parlamentar frisou que os números em relação ao consumo são cada vez mais alarmantes, especialmente do crack. No caso específico de Jaraguá do Sul, de acordo com o delegado regional Uriel Ribeiro, apenas no ano passado foram realizadas 56 prisões em flagrante por tráfico: seis por cocaína, oito por maconha e 42 por crack.

O tenente-coronel Rogério Luiz Kumhlem, comandante do 14º Batalhão da PM, que atende aos cinco municípios da região, abrangendo uma população de cerca de 215 mil habitantes, disse que as câmeras de vigilância em pontos centrais da cidade têm surtido efeito.

Algumas concentrações de usuários acabaram e a PM tem condições de identificar os consumidores contumazes que são presos várias vezes, mas sempre retornam ao vício. Kumhlem destacou a atuação de programas como o Proerd que já atendeu mais de 45 mil pessoas em Santa Catarina. (Rossana Espezin)

APROVADOS

Gratificação

Com o voto favorável dos 24 deputados, foi aprovado dia 16, em segundo turno, o PLC 32/10, que estabelece novos critérios para a promoção de forças militares de Santa Catarina. De autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), com emenda substitutiva global do deputado Marcos Vieira (PSDB), a matéria segue para ao Executivo. O projeto de lei complementar, que modifica a Lei nº 6.218, possibilita tenentes-coronéis que tiverem completado o tempo previsto de serviço, (30 anos para homens e 25 anos para mulheres), promoção por requerimento próprio e transferência para a reserva remunerada no cargo de coronel. Segundo o autor, "a medida corrigirá uma distorção histórica."



Cesar Júnior: novo critério

Vidal Ramos

De autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), o Projeto de Lei nº 19/08 foi aprovado dia 16, reconhecendo o município de Vidal Ramos como Capital Catarinense do Cimento. Prestes a receber investimentos na ordem de R\$ 360 milhões para implantação de uma fábrica de cimento, o município é abundante em calcário, matéria prima para a fabricação do produto. Até o momento, a área adquirida pela empresa abrange três grandes jazidas: Rio dos Bugres (947 hectares), Tigre (cujo calcário foi encontrado em perfurações de mais de 800 metros) e Piava.

Conforme o parlamentar, a Prefeitura Municipal começou a elaborar um plano diretor e a expectativa é de que o investimento irá gerar 600 empregos diretos.

Rejeitada mensagem de veto

Deputados autorizam projeto que cria Política Estadual de Serviços Ambientais

Com 26 votos contrários e um a favor, foi rejeitada, na sessão ordinária do dia 16, a Mensagem de Veto (MSV) 1495/10, do governo do Estado. A Mensagem se referia à Política Estadual de Serviços Ambientais em Santa Catarina, instituída pelo Projeto de Lei (PL) 423/09, que regulamenta o pagamento por Serviços Ambientais. A derrubada do veto foi defendida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), com a alegação de que as principais fontes de pagamentos de serviços ambientais ficariam bloqueadas se não houvesse reação parlamentar.

Também no dia 16, por unanimidade, foi aprovada a admissibilidade da Medida Provisória (MP) 182/10, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual – PROFISCO.

Foram ainda aprovados quatro Projetos de Lei (PL) por unanimidade. O PL 64/10, do Executivo, autoriza a SC Parcerias S/A a implementar o Projeto Complexo

Intermodal Catarinense. A matéria trata de um sítio que congrega múltiplas opções de transporte e logística, tanto de cargas como de passageiros. A proposição agrega duas emendas aditivas apresentadas pelo líder do PT, deputado Décio Góes.

A primeira emenda determina que a SC Parcerias deve elaborar projetos de Complexo Intermodal nas demais macrorregiões, visando integrar e desenvolver o estado. Para Décio, a medida atende a carência de projetos que promovam a integração regional, principalmente em regiões de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo. "Assim vamos proporcionar, além da integração, o desenvolvimento econômico de outras regiões de Santa Catarina", frisou.

A outra emenda estabelece que os projetos elaborados deverão ser submetidos a audiências públicas, em linguagem acessível, com uma ampla comunicação, assegurando de forma democrática a participação da população. "Com a participação da população nas audiências teremos o aprimoramento dos projetos, permitindo



Eduardo Guedes de Oliveira

Titon (E) defendeu rejeição, temendo bloqueio de fontes de pagamento

assim trazer elementos importantes para o debate", explicou.

O PL 84/10 revoga a Lei 14.054, de 2007, que autoriza a concessão de uso de imóvel de Tubarão. O PL 86/10 autoriza a doação de imóveis em Lages para execução de projetos sociais.

Bullying

O deputado Joares Ponticelli (PP) discorreu na tribuna sobre as ações realizadas pelo parlamento,

desde 2007, contra o bullying. Conforme pesquisa divulgada pelo Site G1, Santa Catarina apresenta menor incidência do problema do que o Distrito Federal e outros estados como Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. A violência é maior em escolas particulares. "Nosso estado foi o segundo a instituir lei de prevenção, mas é o primeiro a promover debates amplos e garantir que a lei saia do papel", concluiu.

COMISSÃO

Mudanças no sistema de substituição tributária

O secretário de Estado da Fazenda, Cleverson Siewert, apresentou, dia 16, mudanças no regime de substituição tributária. Ele participou da reunião conjunta entre a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP) e a Frente Parlamentar do Comércio Varejista, presidida pelo deputado Edison Andrino (PMDB).

Deputados, técnicos da Fazenda e entidades empresariais chegaram ao entendimento de que é preciso buscar soluções para desonerar as micro e pequenas empresas, segmento mais prejudicado pelo novo regime, que obriga o recolhimento antecipado do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido nas operações subsequentes.

A Secretaria da Fazenda justifica a opção pelo regime de substituição tributária pelas vantagens de reduzir a sonegação e combater a concorrência desleal. Na reunião, foram apresentados alguns aprimoramentos efetuados após audiência pública realizada pela Assembleia no dia 12 de maio, quando parla-

mentares e empresários cobraram medidas para corrigir as distorções do novo sistema, em vigor desde 1º de maio. Desde então, a secretaria criou um sistema de cálculo eletrônico do ICMS devido; promoveu um ciclo de palestras para orientar empresários e contabilistas; criou um grupo fazendário especializado em substituição tributária; possibilitou o parcelamento do ICMS sobre estoques em até 20 parcelas; concedeu crédito presumido para atacistas, dentre outras medidas.

O deputado Renato Hinnig (PMDB) mostrou-se satisfeito com os avanços a partir da audiência pública. Dreveck, por sua vez, aler-

tou que as medidas apresentadas resolvem o problema do setor atacadista, mas não amenizam as dificuldades criadas para as micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, que passaram a recolher mais impostos após a implantação da substituição tributária. "Precisamos de iniciativas para corrigir a situação, pois esse regime pode inviabilizar os pequenos empreendimentos, que são muito importantes do ponto de vista da economia e da empregabilidade", disse.

A Secretaria da Fazenda reconhece acréscimo de tributação para as empresas enquadradas

Solon Soares



Secretário da Fazenda, Cleverson Siewert fala aos deputados

no Simples Nacional. Ele pretendia remeter o problema ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), propondo que o Conselho reduza em 20% na Margem de Valor Agregado (MVA) para compensar as perdas desses contribuintes. A proposta revoltou representantes dos empresários e alguns parlamentares. "Já conhecemos a resposta do Confaz. Será não", disse o presidente da FCDL, Sergio Medeiros. Para ele, além de ser impossível, a medida seria insuficiente até mesmo para manter a condição que o microempresário optante pelo Simples tinha antes.

Os deputados Darci de Matos (DEM), Pedro Uczai (PT), Décio Góes (PT) e Reno Caramori (PP) concordam que os micros não podem suportar o aumento de tributação. Diante dos protestos, Siewert ponderou que a pasta pode construir uma solução em conjunto com as entidades. Ele comprometeu-se a estudar e discutir as possibilidades técnicas e a apresentar as soluções em uma nova reunião.

COMUNIDADE

Criminalidade na Capital em debate

Audiência pública discute crescimento da violência no Norte da Ilha, que convive com furtos, roubos e estupros

Fotos Jonas Lemos Campos



Requerida pelos deputados Edison Andrino, Cesar Souza Júnior e Angela Albino, reunião leva representantes das polícias civil e militar para responder questionamentos da população nos Ingleses

Rose Padilha Ferreira

A necessidade de implementação de medidas de segurança para conter a criminalidade no Norte da Ilha de Santa Catarina foi tema de audiência pública, dia 8, na praia de Ingleses. A promoção foi da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, por solicitação dos deputados Edison Andrino (PMDB), que presidiu a reunião, Angela Albino (PCdoB) e Cesar Souza Júnior (DEM). Além de representantes das polícias Civil e Militar e de moradores das praias de Canasvieiras, Ponta das Canas e Santinho, também compareceram os presidentes dos Conselhos de Segurança (Conseg) dessas comunidades e representantes dos setores lojista, hoteleiro, bares e restaurantes.

De acordo com Andrino, o pedido de audiência pública partiu dos Conselhos de Segurança do Norte da Ilha, que relataram as dificuldades da região, que tem um dos maiores problemas de segurança em Santa Catarina devido ao crescimento desorganizado.

Andrino lamentou a ausência no encontro de representantes da prefeitura e afirmou que o problema de segurança é muito sério para os moradores permanentes, sendo que os maiores casos de violência acontecem fora da temporada de verão, como assaltos e estupros, causados na maioria dos casos pelo uso de drogas.

Angela Albino lembrou de uma palestra que Rodolfo Giu-

liani, ex-prefeito de Nova York, fez em Florianópolis meses atrás, e da experiência daquela cidade americana, que reduziu drasticamente os índices de criminalidade a partir da teoria da vidraça estilhaçada, segundo a qual quem não cuida do pequeno delito será obrigado a lidar com o grande delito. Angela complementou dizendo que Florianópolis tem vivenciado um grande desapego à legalidade e citou que, todos os dias, 15 pessoas vêm morar na Capital, muitas em condições precárias.

Segundo Jorge Luiz Goerck, presidente do Conseg de Ingleses e Santinho, os índices de violência em Florianópolis e principalmente nessas comunidades são extremamente preocupantes. "De 2008 a 2009, furtos e roubos a comerciantes aumentaram 84%. Além disso, o índice de homicídios em Florianópolis é de 14 mortes para cada 100 mil habitantes, superior ao de São Paulo, que é de 11 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes".

A falta de policiamento no Norte da Ilha foi outro problema apontado por Sebastião dos Santos, presidente do Conseg de Canasvieiras. Santos argumentou a necessidade de policiamento ostensivo e de maior investigação policial. "Há problemas na Polícia Civil, principalmente na área de investigação, pois só se investiga latrocínio, mas não se faz nada com relação aos crimes que não chegam às vias de fato, e isso acontece justamente por falta de efetivo", declarou.

Polícia Civil terá reforço de 200 homens no final do ano

O delegado Nivaldo Claudino Rodrigues, representante do delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, disse que a preocupação com segurança é procedente e informou que no final do ano serão formados mais

de 200 policiais civis e que há previsão de concurso público para o ingresso de mil policiais civis.

Ao encerrar o encontro, Andrino destacou a necessidade de unir esforços em busca de soluções para a falta de segurança

no Norte da Ilha de Santa Catarina. "A partir dos depoimentos e dos problemas levantados neste encontro, estaremos empenhados na busca conjunta de soluções para combater a criminalidade", afirmou.



Comunidade se manifesta na reunião, cobrando mais policiamento e investigação dos crimes que assolam região